



Estado do Rio de Janeiro  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
Gabinete da Presidência

**LEI Nº 2.143, DE 22 DE MARÇO DE 2019**

*Institui a política municipal de segurança hídrica no Município de São José do Vale do Rio Preto e dá outras providências.*

**O VEREADOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, nos termos do disposto no § 7º do art. 71 da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituída a Política Municipal de Segurança Hídrica composta pelo conjunto de políticas, planos, programas, projetos e iniciativas relacionadas com a proteção, preservação, conservação, recuperação, manejo, prestação dos serviços públicos pertinentes e demais ações de interesse local concernente às águas, e respectivas áreas de interesse hídrico, no território do município.

**Art. 2º** - Caberá ao município promover a integração e alinhamento das políticas e demais ações, com objetivo de garantir segurança hídrica no seu território.

§ 1º - Entende-se por segurança hídrica, no âmbito do interesse municipal, a garantia à população ao acesso às quantidades adequadas de água de qualidade aceitável, por meio da integração de políticas de saneamento, no meio ambiente, gestão de recursos hídricos, saúde, uso do solo, defesa civil, transparência e controle social.

§ 2º - Na esfera municipal, a promoção da segurança hídrica deverá observar, pelo menos, as seguintes ações governamentais integradas:

**I** – Política Municipal de saneamento que garanta o princípio da integralidade dos serviços – abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, drenagem e resíduos sólidos – e a articulação com a promoção da saúde e proteção do meio ambiente, nos termos dos artigos 8º, 9º, 10º e 19 da Lei no 11.445/2007;

**II** – Ações da saúde voltadas para a qualidade de água para o consumo humano e combate à proliferação de doenças transmitidas pela água, nos termos da Lei nº 4.437/77, Lei nº 8.080/1990 e Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde;

**III** – Política Municipal de revitalização e proteção nascentes, córregos, rios e demais corpos d'água que se encontram dentro do território municipal, nos termos da Lei nº 6.938/81, dos artigos 30 e 225, § 1º, III da Constituição Federal; art. 6º, §2º e atr. 9º da Lei Complementar nº 140/2011;

**IV** – Programa Municipal de uso de águas pluviais para fins não potáveis, nos termos dos artigos 30, e 225, §1º, III da Constituição Federal; art 6º, §2º da Lei no 6.938/81 e art. 9º da Lei Complementar nº 140/2011;

**V** – Política Municipal de defesa civil e de adaptação às mudanças climáticas, com destaque para sistemas de alerta para prevenir a população dos desastres relacionados com a água, de acordo com a Lei nº 12.187/2009 e artigo 8º da Lei nº 12.608/2010;

**VI** – A transparência, acesso à informação e mecanismo de controle social, nos termos das Leis nº 8.078/1990, Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 12.527/2011.

**Art. 3º** - Caberá ao município, no prazo de 180 dias a contar da aprovação desta Lei, apresentação de “relatório da situação sobre segurança hídrica municipal”, que será atualizado a cada dois anos, a contar da data de sua publicação.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
Gabinete da Presidência

§ 1º - O relatório, mencionado no caput, deverá conter indicadores de fácil acesso, adequados e relevantes ao território municipal, com consistência analítica, transversalidade, confiabilidade, disponibilidade, mensurabilidade e, na medida do possível, serem atualizados para o ano de publicações da presente lei.

§ 2º - A definição dos indicadores, a construção e a apresentação dos resultados do “relatório” serão feitos por meio de processo de consultas e audiências públicas.

§ 3º - O “relatório” será publicado em veículo oficial de informação do Município e disponibilizado em meio digital, em local acessível e em formato de dados abertos, nos termos do artigo 2º, III do Decreto Federal nº 8777/2016, para emitir avaliação e monitoramento com colaboração da sociedade.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas a disposições em contrário.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, em 22 de março de 2019.

**MARCELO RABELLO NEVES**  
Vereador  
Vice-Presidente da Câmara Municipal